

ESTRATÉGIAS CAMPONESAS E SUAS RELAÇÕES COM A NATUREZA

ESTRATEGIAS CAMPESINAS Y SUS RELACIONES CON LA NATURALEZA

PEASANTS STRATEGIES AND THEIR RELATIONSHIPS WITH NATURE

Izabela Cristina Gomes da Silva

Investigadora en LEPEC/UFPE

izabela.cristinagomes@gmail.com

Recibido 29/03/2017, Aceptado 14/11/2017

Resumo

Os povos camponeses ao longo dos anos mantêm relações mais harmoniosas com a natureza. Nesse contexto consideramos o campesinato enquanto modo de vida, não o considerando apenas como sujeito que possui a posse da terra ou o direito de manejá-la. Objetivamos neste ensaio pontuar as estratégias que os povos camponeses vêm desenvolvendo na contemporaneidade. E como metodologia utilizamos observação participante, trabalho de campo, análise documental, levantamento bibliográfico em artigos, livros e periódicos. Contudo apesar das transformações que o campesinato sofreu com o passar das gerações, a questão ideológica persiste como fundante da sua relação com a natureza, além da função enquanto gerador de alimentos na sociedade contemporânea.

Palavras chave: *Camponeses, estratégias, natureza, alimentos, sociedade contemporânea.*

Resumen	<p>Los pueblos campesinos en los últimos años mantienen relación más armoniosa con la naturaleza. En este ensayo consideramos el campesinado como un modo de vida, no sólo como un sujeto que tiene la propiedad de la tierra o el derecho de administrarla. Nuestro objetivo en este ensayo es puntuar las estrategias que los pueblos campesinos están desarrollando en la actualidad. Y como metodología utilizamos la observación participante, el trabajo de campo, análisis de documentos, artículos, libros y periódicos. Sin embargo, a pesar de las transformaciones que sufrió el campesinado con el paso de las generaciones, la cuestión ideológica persiste como la fundación de su relación con la naturaleza, así como la función como generador de alimentos en la sociedad contemporánea.</p> <p>Palabras clave: <i>Campesinos, estrategias, naturaleza, alimentos, sociedad contemporánea.</i></p>
----------------	---

Abstract	<p>Peasant peoples over the years maintain more harmonious relations with nature. In this context we consider the peasantry as a way of life, not considering it only as a subject who owns the land or the right to manage it. In this essay we aim to point out the strategies that peasant peoples have been developing in the contemporary world. And as methodology we use participant observation, field work, documentary analysis, bibliographic survey in articles, books and periodicals. However, despite the transformations that the peasantry has undergone over the generations, the ideological question persists as the basis of its relationship with nature, as well as its function as a food generator in contemporary society.</p> <p>Key words: <i>Peasants, strategies, nature, food, contemporary society.</i></p>
-----------------	--

1. INTRODUÇÃO

Este ensaio é produto de uma disciplina da Pós-Graduação em Geografia da Universidad Nacional de Tucumán intitulada: Ruralidad y cuestión agraria regional: una mirada geohistorica del Noroeste Argentino (de la colonia al XXI) e ministrada pelas professoras Dra. Cristina López e Dra. Ana Isabel Rivas, que cursei em 2013 como eletiva durante o período de mestrado. Objetivamos pontuar as estratégias que os povos camponeses vêm desenvolvendo na contemporaneidade, como metodologia utilizamos observação participante, trabalho de campo, análise documental, levantamento bibliográfico em artigos, livros e periódicos.

Com o surgimento das sociedades burguesas criou-se uma ideia de cultivar o estilo de vida urbano e as cidades. Gerando assim um preconceito em relação aos povos que possuíam modos de vida tradicionais materializados no campo, sendo eles o campesinato.

Os povos camponeses ao longo dos anos mantêm relações mais harmoniosas com a natureza. Nesse contexto consideramos o campesinato enquanto modo de vida, não o considerando apenas como sujeito que possui a posse da terra ou o direito de manejá-la.

Todo camponês possui um conjunto de práticas coerentes com a sua realidade e necessidades essenciais. Essas práticas estão ligadas à relação que cada comunidade tem com o território. Como toda prática advém de perspectivas, que seriam a parte moral e filosófica das mais variadas relações sociedade-natureza, o significado dado à natureza pelos povos camponeses tradicionais diverge do significado dado à natureza pela lógica do modo de produção capitalista.

A ética camponesa apresenta terra, trabalho e família como valores morais e categorias nucleantes intimamente relacionados entre si e tem como princípios organizatórios centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade. Ela fundamenta uma ordem moral de forte inspiração religiosa e tende a constituir uma ideologia tradicional oposta à ordem social da modernidade. (WOORTMANN, 1990, p. 25).

O que distingue os modos de vida camponeses dos modos guiados pela lógica de produção capitalista, é que o segundo possui um conjunto de práticas fundamentadas numa ideologia que prioriza o acúmulo de capital e as relações de competitividade. Enquanto o primeiro fundamenta-se na coletividade, cooperação e satisfação das necessidades familiares enquanto camponeses e cidadãos. Tais necessidades vão desde às alimentício-nutricionais, como ao direito de adquirir bens que proporcionem um bem estar familiar.

Esses bens podem ser uma moto por exemplo. Atualmente no campo brasileiro observa-se uma tendência a obtenção de motos pela família camponesa. Diversos são os motivos da substituição do *burro*¹ pela

¹ O burro, *Equus africanus asinus*, é um mamífero perissodáctilos utilizado como animal de carga por muitos povos. No Brasil, o termo burro pode designar não a espécie *Equus africanus asinus*, mas o cruzamento entre essa espécie e a *Equus ferus caballus* (cavalo).

moto, como a busca por uma maior rapidez no processo de locomoção, já que os camponeses mantêm relações comerciais e assistenciais com a cidade.

A relação assistencial se dá por questões de saúde e educação. Pois infelizmente tanto no Brasil como no Noroeste Argentino o campo sofre com uma escassez de infra-estrutura básica, que contenha hospitais e escolas. Já a relação comercial geralmente é estabelecida nas feiras, as quais os camponeses vendem o excedente de sua produção e compram bens que não são produzidos dentro na unidade de produção camponesa.



Foto 01: Feira de Simoca na Argentina.

Fonte: Izabela Gomes, Simoca – Tucumán, Argentina, 2013.



Foto 02: Feira Agroecológica da AMA TERRA no Brasil.

Fonte: Izabela Gomes, Gravatá – PE, Brasil, 2010.

Nota-se que a comercialização em feiras é uma estratégia camponesa que ultrapassa os territórios nacionais. Sendo um símbolo cultural dos processos de escoamento da produção camponesa. Assim pretendemos aqui compreender as estratégias de resistência do campesinato brasileiro e argentino para manterem-se no campo do século XXI.

Assim como problematizar criticamente a expansão e a consolidação de uma agricultura embasada na Revolução Verde, que expropria os povos camponeses tradicionais e é altamente degradante para a natureza. Contudo este modelo de agricultura industrial é beneficiado e estimulado pelos estados brasileiro e argentino.

2. O CAMPESINATO

Com o avanço do capital no campo a partir da década de 70 do século XX nos países da América do Sul, em particular no Brasil e na Argentina. Vêm-se abordando a ideia de que o campesinato tende ao desaparecimento, caracterizando esta classe como arcaica, que impede a modernização dos países “em desenvolvimento”.

Este tipo de argumento está vinculado às questões ideológicas. Já que a ideologia desenvolvimentista busca a implantação de uma agricultura sem camponeses, monocultora, utilizando sementes transgênicas, agrotóxicos e maquinaria pesada.

Nas formações econômicas e sociais dominadas-hegemonizadas pelo modo de produção capitalista têm predominado o desprezo e a discriminação social com relação aos camponeses. Mesmo que a população urbana dependa da produção de alimentos e das matérias-primas provenientes da agricultura, e que a maior parte desses produtos seja originado das práticas de produção dos camponeses, eles têm sido percebidos, pelas mais distintas razões e preconceitos, tanto pelos latifundiários, pelos capitalistas da grande empresa no campo, assim como pela maioria da população urbana, como os pobres da terra. (CARVALHO, 2012, p. 03).

Segundo Carvalho (2012) nas sociedades capitalistas existe uma tendência à discriminação do campesinato. Isso ocorre porque o modo de vida camponês diverge do modo de vida capitalista, enquanto ideologia e práxis. Gerando o preconceito a qualquer prática ou ideal que não esteja fundamentado para a expansão do capital no campo, símbolo da modernidade.

Pode-se visualizar no processo de modernização da agricultura um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, que em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial. (DELGADO, 2004, p. 61).

Para Delgado (2004) o processo de modernização da agricultura se deu no Brasil com o estímulo à adoção de pacotes tecnológicos da revolução verde e o incentivo ao crédito para fomentar a utilização daqueles. Objetivando assim acabar com a autonomia camponesa, ao vincular o manejo das unidades produtivas à aquisição de insumos exógenos advindos da indústria.

Essa estratégia ajudou no processo de expropriação e endividamento dos camponeses, que se viam cada vez mais dependentes do crédito, porém não conseguiam quitá-lo. Pois os produtos que os camponeses vendem são de origem primária, enquanto os pacotes tecnológicos são de origem industrial, tendo assim preço mais elevado que o os produtos agrícolas. Endividados, muitos camponeses acabaram vendendo suas terras na maioria das vezes aos latifundiários, que buscam segundo Oliveira (1991) o monopólio do território pelo capital.

Este monopólio se dá consorciado à transformação dos alimentos em mercadoria, como também do objetivo da agricultura enquanto abastecedora alimentar dos povos, para fornecedora de produtos cotados no mercado internacional.

No mundo todo, na última década, houve um aumento expressivo no consumo de agrotóxicos, em função, sem dúvida de dois elementos: o primeiro é a transformação do alimento em combustível, ou seja, alguns dos cultivares que há séculos foram destinados à alimentação humana, têm se tornado “massa” para a produção de energia, dentre eles, destaca-se principalmente a cana, o milho e a soja. Associado a este fato, temos outro, que é o da transformação de alguns destes produtos também em commodities, como é o caso da soja. Estes cultivos - dissociados do sentido da alimentação - têm sido feitos através do arcaico binômio “latifúndio-monocultura”. (BOMBARDI, 2012, p. 02).

Bombardi (2012) destaca a junção do atraso com o “moderno” em nome da metamorfose da agricultura, baseada no projeto colonial-desenvolvimentista. Então a agricultura agroindustrial, representante da modernidade, está arraigada no que há de mais ultrapassado, como a concentração de terras, a não diversificação da produção e o uso excessivo de agrotóxicos.

Assim tal desfecho vem para consolidar e expandir os processos de desigualdades sociais e degradação da natureza nos países latino-americanos. Os quais foram e continuam sendo gerados pelo latifúndio, pela não distribuição de renda, pela dicotomia sociedade-natureza advinda da modernidade-colonialidade e pelos conflitos por terra e território, que

são protagonizados pelos povos camponeses e indígenas contra as oligarquias patronais neoliberais.

Nesse contexto o discurso de negação dos sujeitos sociais camponeses, negligencia as atualizações da sua expropriação territorial. Relacionada ao avanço do capital no campo latino-americano, mais expressivamente com o estabelecimento e disseminação da Revolução Verde, que é um conjunto de políticas e ações desenvolvidos para agregar transformações técnico-científicas ao campo. Como a utilização de máquinas (tratores, semeadoras hidráulicas, colheitadeiras, entre outras), agrotóxicos, fertilizantes químicos, corretivos de solo, pulverização aérea, biotecnologia e sementes transgênicas, além da manutenção e expansão da estrutura agrária concentrada.

A partir do indeferimento da atualização histórica do campesinato, desaparecem-se as contradições da sua inserção compulsória na lógica de mercado capitalista e a exploração direta da sua força de trabalho via assalariamento. Logo, subestima-se o caráter de classe que os unifica e a centralidade da luta pela/na terra que perpassa a questão camponesa. Arraigada numa ideologia elitizante e civilizatória, tal visão está marcada por uma percepção desenvolvimentista e evolucionista da realidade social do campo brasileiro que, a despeito das crescentes evidências da conflitualidade, passa a ser difundida sem qualquer problematização analítica fundamentada no senso crítico como elemento norteador, propulsor e transformador desta realidade desigual. (SANTOS JÚNIOR; GERMANI, 2013, p. 13.)

A não consideração dos povos camponeses enquanto sujeitos contemporâneos e simultâneos imersos nas sociedades moderna e pós-moderna, gera o ocultamento de suas estratégias de resistências e recriação, como também da atualidade dos conflitos de luta pela terra e território na América Latina.

Contudo vale ressaltar que a maneira como foi concedida a terra no Brasil, neste caso enfatizaremos o estado de Pernambuco, se deu de forma desigual e excludente. Priorizando os interesses das oligarquias patronais em relação aos interesses dos povos camponeses e indígenas,

fato que resultou na alta concentração fundiária e de renda, e ampliou as desigualdades sociais.

Logo o descontentamento gerado pela política clientelista fez surgir movimentos camponeses, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que questionam o modelo produtivo monocultor agroindustrial e de sua estrutura baseada no latifúndio.

Então a partir de processos de mobilização social o campesinato latino americano vem buscando estratégias, que possibilitem a manutenção do seus modos de vida e a valorização dos saberes-fazeres tradicionais. Lidando com as condições estruturais e conjunturais do sistema político-econômico capitalista, que não favorecem ao modo de vida camponês.

As estratégias camponesas são contundentes com a realidade de cada comunidade e por isso não são homogêneas. Apesar da transformação dos modos de vida no tempo e no espaço observamos semelhanças entre os camponeses dos mais variados lugares. Estas semelhanças vão se dá pela ideologia que rege as ações desses povos.

Otro aspecto distintivo de esta categoría social es que lá condición necesaria de la situación de campesino está representada por el uso de la tierra donde habita y/o produce, más que por su posesión formal. Para los campesinos, las distintas formas de acceso a la tierra representan el acceso a un patrimonio, medio de producción, espacio de construcción de conocimientos, seguridad alimentaria y, no raras veces, se revisten de significados simbólicos. (AGUIAR, 2007, p. 28).

Dessa forma o campesinato é uma classe que baseia suas experiências práticas nas vivências e necessidades que aparecem no cotidiano, consolidando valores, significados e sabedorias próprios. Contudo a maneira pela qual os camponeses se relacionam com a natureza não é dada por pressupostos universais, coerentes com um determinado sistema político-econômico. Entretanto a relação entre os povos camponeses e a natureza se dá em forma de unicidade, com os sujeitos considerando-se integrantes da natureza.

As práticas camponesas caracterizam-se pela diversidade no espaço-tempo. O aperfeiçoamento destas ocorre muito antes da chamada modernização da agricultura, sempre vinculando as novas práticas com as

peculiaridades de cada território e com as questões identitárias com a terra. Desconsiderá-las requer admitir que apenas o modelo agroindustrial seja satisfatório para o objetivo da agricultura, gerando um paradoxo entre a função da agricultura na contemporaneidade e a sua funcionalidade original, que seria primordialmente fornecer alimentos para os povos.

Será realmente paradoxal sustentar que os caçadores conhecem a abundância, apesar de sua pobreza absoluta? As sociedades capitalistas modernas, se bem que dotadas de riquezas, dedicam-se voluntariamente à escassez. (SALHINS, 1968 *apud* MENDRAS, 1978, p. 46).

Pontuamos a relatividade da pobreza, já que os sistemas agrícolas regidos pela lógica capitalista de produção geram lucro para que as classes hegemônicas acumulem capital. No entanto este lucro é advindo da produção de culturas que não abastecem o mercado interno, por exemplo, a Zona da Mata pernambucana brasileira e a província de Tucumán no Noroeste Argentino.

No primeiro milhares de hectares de cana-de-açúcar são cultivados em áreas de latifúndios, destinada para a produção de açúcar e álcool. Enquanto que no segundo são produzidos muitos hectares de cana-de-açúcar, limão e alguns minifúndios com morangos. Apesar de no caso tucumano haver uma maior diversidade na produção agrícola em relação com a Zona da Mata pernambucana, existe em comum o fato de que as maiores propriedades voltam suas produções para *commodities*.

Essas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque, no Brasil, estas funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis. (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

Os produtos advindos da agricultura industrial monocultora latifundiária não satisfazem as necessidades alimentícias da população. O agronegócio não gera alimentos, gera *commodities* de acordo com o

mercado internacional, por isso dedica-se à escassez. Em contraponto, a agricultura camponesa dedica-se à produção de cultivos que satisfaçam as suas necessidades alimentícias, não excluindo a hipótese da geração de excedente.

[...] production to keep production does not exclude the production of a surplus, the riddle of production for use is not a surplus is produced, but by the surplus that is produced does not accumulate and transform the system. (GUDEMAN, 1978, p. 93).

A questão que envolve os excedentes dentro das unidades produtivas camponesas é colocada como uma estratégia de resistência, já que os camponeses necessitam comprar algumas coisas das quais não produzem. Essa necessidade gera a comercialização dos excedentes da produção.

Ressaltamos que o acúmulo de capital não é norteador das atividades produtivas camponesas. Então não importa se é gerado excedente ou se existe a manutenção de alguma poupança, consideramos o que acarreta a geração destes. Variados são os motivos, que vão desde a obtenção de uma poupança para situações de emergência causadas por secas ou enchentes, até a compra de materiais de construção para realização de reformas em suas casas.

A unidade de produção camponesa pode parecer símbolo de pobreza para quem idealiza o modelo desenvolvimentista como meta a ser alcançada pela sociedade. No entanto dentro destas propriedades não existe fome, já que é priorizada a satisfação das demandas internas familiares.

3. ESTRATÉGIAS CAMPONESAS

Desde a colonização do Noroeste Argentino uns dos sujeitos sociais que compõem a sociedade tucumana são os camponeses, juntamente com os povos indígenas, os espanhóis, os jesuítas, entre outros. Atualmente o campesinato existe e persiste em Tucumán, sempre se articulando com estratégias que permitam a sua manutenção.

Una estrategia de subsistencia como cañero se genera combinando la producción de caña con el desarrollo de otras actividades y otras ocupaciones

rentadas. Las estrategias familiares son múltiples y variadas; en una familia, por ejemplo, pueden combinarse trabajo familiar con extrapredial en canã o cítrico, con algún obrero de ingenio y migraciones estacionales con trabajo en servicios en ciudades o regiones alejadas. (GIARRACCA, 1998, p. 305)

Observamos que uma das estratégias do campesinato tucumano é a vinculação de outras atividades geradoras de renda, além do manejo com a terra. Essa tendência ocorre também no campo brasileiro, onde o estado neoliberal oferece isenções fiscais para as empresas multinacionais expandirem o agronegócio no campo. Contudo os camponeses continuam lutando para manterem-se em seus territórios e por condições que proporcionem a reprodução de seus modos de vida.

Da mesma forma que existem estratégias camponesas de resistência ao avanço do capital no campo, existem também estratégias do capital para utilizar o campesinato a seu favor. “[...] o próprio capital pode lançar mão de relações de trabalho e de produção não capitalistas (parceria, trabalho familiar) para produzir o capital.” (OLIVEIRA, 1991, p.19). Muitas vezes os camponeses se vêm cercados por grandes propriedades monoculturas, cujos donos lhes oferecem dinheiro para que seja substituída a policultura pela monocultura de interessa da agroindústria.

Assim o campesinato vende sua produção ao latifundiário e empresário do agronegócio, tornado-se subordinado a este. Essa estratégia do capital acontece quando não é de interesse ou quando não foi conseguida a apropriação das terras camponesas.

O camponês transforma-se em agricultor, produtor agrícola que é, ao mesmo tempo, “empreiteiro” e “trabalhador”, proprietário de seus meios de produção, mas que não utiliza – ou só em pequena escala – mão de obra assalariada. (MENDRAS, 1978, p.13).

Contudo apesar de não ter a posse das terras camponesas, o capital exerce uma forte influência sobre elas, o que gera a perda da autonomia para o campesinato. Pois este ficará à mercê do valor que os empresários agroindustriais se disporem a pagar pela única cultura produzida

Isto ocorre porque muitas vezes o campesinato se vê com poucas alternativas que possibilitem a sua reprodução, pois as políticas públicas

dos estados neoliberais voltam-se para a expansão da fronteira agrícola, embasada na produção de commodities para o mercado externo.

Em meio a essa conjuntura compreendemos enquanto estratégia camponesa os processos de luta pela terra e território. Entre 1994 a 1997 as terras da Usina N. S. do Carmo, localizada em Gravatá - Pernambuco, foram consideradas improdutivas e passaram a serem ocupadas pelos *Sem-Terra*, que estabeleceram os acampamentos de luta pela terra e propunham a desapropriação do latifúndio. "As famílias acampadas procuram resistir de diferentes maneiras para não sair da terra. Esta resistência pode ser desenvolvida a partir da (re)criação de formas de luta popular e de pressão política sobre parlamentares e governos". (FERNANDES, 1999, p. 239).

Com a ocupação começa-se a desenvolver um modelo organizativo baseado no trabalho das famílias e na Assembléia do Acampamento, sendo esta o máximo foro deliberativo. Essa recriação vai dar-se a partir das múltiplas estratégias (organizacional, mobilização política, manejo) utilizadas pelo campesinato para manterem-se no território de conflito.

Em 22 de agosto de 1994, iniciou-se um processo de ocupação pela desapropriação de terras da Usina N. S. do Carmo. Em 02 de agosto de 1995 o Acampamento tornou-se Assentamento Perseverança, organizado em agrovila, com uma área de 513,0000 hectares e capacidade para assentar 50 famílias, porém com apenas com 32 famílias assentadas.

Já em 17 de setembro de 1996 iniciou-se a ocupação, instaurada em forma de Acampamento, das terras que seriam desapropriadas e tornar-se-ia em 30 de dezembro de 1996 o Assentamento rural Várzea Grande. Este possui uma área de 385,8099 hectares e capacidade para assentar 38 famílias, tendo atualmente o respectivo número de famílias assentadas.

Tanto no Assentamento rural Perseverança como no Várzea Grande existem camponeses, que manejam a terra de forma agroecológica e comercializam seus alimentos nas feiras agroecológicas dos seguintes municípios pernambucanos: Gravatá (Em frente ao Mercado Público) e Recife (Bairros Graças e Boa Viagem). Porém nesses assentamentos os camponeses praticantes da Agroecologia não são a maioria.

Todavia designamos que a conquista da terra não basta enquanto garantia para a permanência do campesinato no campo. Pois são necessárias condições infra-estruturais e conjunturais, que possibilitem a reprodução dos modos de vida camponeses.

Assim então pontuamos a racionalidade ecológica camponesa na perspectiva de Toledo (2002) definindo-a como o conjunto de conhecimentos (corpus) que os camponeses põem em prática para apropriarem-se dos bens naturais (práxis). Por meio desses conhecimentos pode-se esclarecer como os camponeses percebem a natureza, sendo um componente decisivo na implantação da estratégia camponesa para a manutenção do campesinato em seus territórios e para a busca por autonomia.

O êxito da estratégia agroecológica, que articula o manejo ecológico da natureza com circuitos curtos de comercialização, está desempenhando um papel decisivo para que os camponeses assumam com confiança sua condição sociocultural na sociedade contemporânea, urbanizada e industrial. Os resultados socioeconômicos e ambientais conquistados a partir das "experiências agroecológicas" ressignificaram a vida no campo para muitas famílias. (FIGUEIREDO, 2011, p.31).

Sem embargo destacamos que as estratégias camponesas realizadas pelo campesinato agroecológico gravataense, advêm de seu conjunto de conhecimentos articulado com as práticas de manejo da terra, objetivando um propósito em comum. Sendo este, a luta pela terra, a manutenção nos territórios, a busca por melhores condições de vida e por mais autonomia, o escoamento da produção de alimentos, o fortalecimento e disseminação das experiências agroecológicas.

Nessa perspectiva Haesbaert (2006) desmistifica a ideia de que a criatividade seja apenas vinculada à "Arte" enquanto música, artes plásticas e cênicas, abrangendo o termo para os saberes-fazeres. Sendo assim, o processo criativo está relacionado com os saberes-fazeres dos mais diversos sujeitos.

Dessa forma pontuamos a criatividade e a sensibilidade, exigidas pela agricultura e exercidas durante gerações por povos camponeses nos mais diversos territórios, umas das estratégias de reprodução do modo de vida camponês. A partir da observação/percepção das reações, que a natureza tem com cada tipo de manejo no espaço e no tempo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar para a coexistência (pacífica ou não) das mais diversas formas entre campesinato e modo de produção capitalista, assim como para a heterogeneidade camponesa são premissas que trazem condições para compreendermos essa classe e modo de vida na contemporaneidade.

Então destacamos que nas unidades produtivas camponesas é priorizada a satisfação das demandas internas familiares, a valorização dos conhecimentos populares e a instituição das cerimônias culturais. Todavia a lógica capitalista de produção caracteriza como arcaicos, quem possui um papel fundamental na manutenção da diversidade ecológica e cultural. Pois valoriza e implanta processos de dominação/apropriação predatória da natureza objetivando o lucro.

Sem embargo os povos camponeses resistem apesar do avanço capitalista sobre o campo latino-americano. Nos territórios existem formas tradicionais de produção que tem capacidade de articular-se com alguns objetos utilizados pela produção agroindustrial, sem que esta articulação gere subordinação do campesinato ao capital. Tendo como exemplo, a utilização de tratores nas unidades produtivas camponesas para atividades como a terraplanagem, facilitando assim o manejo da terra.

Campesinado también refiere a una identidad que es cultural y social, que se relaciona tanto con la fuerte presencia de este mundo económico en la vida de la gente (los pueblos alrededor del ingenio, por ej.) como a los sentidos producidos por los actores mismos en la construcción de sus mundos rurales... (GIARRACCA, 1998, p. 302).

Precisamos romper com a ideia de que o campesinato vive isolado e com o estereótipo clássico. Os camponeses que viviam no início do século XX na Europa, por exemplo, diferem dos camponeses brasileiros e argentinos da atualidade devido às condições sociais, políticas, econômicas e culturais que se transformam no espaço e no tempo. Assim para compreendermos o campesinato contemporâneo, necessitamos pensar sobre a simbologia que o envolve enquanto sujeito social.

Não podemos homogeneizar o modo de vida camponês, colocando limites estruturantes do que seria ou não um camponês. Apesar das transformações que este sofreu com o passar das gerações, a questão ideológica persiste como fundante da relação entre o campesinato mantém

e a terra, além da função enquanto classe geradora de alimentos na sociedade contemporânea.

Contudo as múltiplas estratégias utilizadas pelos povos camponeses latino-americanos como: a organização em movimentos sociais, a diversidade de manejos, a criação de tecnologias sociais (irrigação por gotejamento, construção de açudes, cacimbas, terraços, cercas-vivas...), os processos de luta por terra/território, a autogestão, a manutenção de conhecimentos tradicionais populares, comercialização em feiras, conservação da biodiversidade genética, utilização e armazenamento de sementes crioulas, entre outras, estão relacionadas à capacidade de inovação e criatividade desses sujeitos frente o avanço do capital no campo contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, M. El aporte del conocimiento local para el desarrollo rural: un estudio de caso sobre el uso de la biodiversidad en dos comunidades campesinas tradicionales del estado de Mato Grosso – Brasil, Tesis de Doctorado, Córdoba – Espanha, 2007.
- Bombardi, L. M. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. Direitos Humanos no Brasil 2012. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.social.org.br/index.php/relatorios/relatoriosportugues/153-direitos-humanos-no-brasil-201216.htm>
- Carvalho, H. M. de O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social, Curitiba, IAPAR, 2012.
- Delgado, G. A questão agrária no Brasil, 1950-2003, São Paulo, 2004.
- Fernandes, B. M. MST: Formação e territorialização. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- Figueiredo, M. A. B. Reflexões a respeito do movimento agroecológico em Pernambuco In: Agroecologia e movimentos sociais / Abdalaziz de Moura... [et al.] ; Tavares De Lima, J. R. (Org.). - Recife: Bagaço, 2011, p.16-38.
- Giarracca, N. Transformaciones en la estructura social agraria cañera de Tucumán y las estrategias de los actores sociales, Población & Sociedad, Nº 6/7, 1998-1999.
- Gudeman, S. The demise of a rural economy. London: Menley/Boston: Routledge & Kegan Paul, 1978.
- Haesbaert, R. Territórios alternativos, São Paulo: Contexto, 2006.

- Mendras, H. *Sociedades camponesas*, Rio de Janeiro, ZAHAR EDITORES, 1978.
- Mendras, H. *Sociedades camponesas*, Rio de Janeiro: Ed. UNB/Tempo Brasileiro, 1990.
- Oliveira, A. U. de *A agricultura camponesa no Brasil*, São Paulo, Contexto, 1991.
- Oliveira, A. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária*, Estudos avançados 15 (43), São Paulo, 2001.
- Priberam [Internet]. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. acesso em 2016, Jun. 10.
- Salhins, M. *La première société d'abondance, temps modernes*, 1968, *apud* Mendras, H. *Sociedades camponesas*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- Santos Júnior, A.; Germani, G. Possibilidades interpretativas sobre a atualização histórica do modo de vida camponês: as particularidades do campesinato indígena Xokó. *Revista Opará - Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação*, Paulo Afonso, ano 1, vol. 1, jan./jun. 2013.
- Toledo, V. *A racionalidade ecológica da pequena produção camponesa. Agroecologia e Desenvolvimento*, UFF, laudo multidisciplinar e termo de cooperação técnica para a convivência harmoniosa de assentamentos rurais no entorno da reserva biológica de Poço das Antas, 2002.
- Woortmann, K. *Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem*